



## Oito teses sobre a revolução feminista

(Trechos selecionados)<sup>1</sup>

*Verônica Gago*

Em que sentido o movimento feminista atual – na multiplicidade das lutas que hoje protagoniza – expressa uma dinâmica antineoliberal a partir das classes populares? Como inaugura formas políticas inovadoras e, ao mesmo tempo, inscritas em genealogias de temporalidades descontínuas? Gostaria de formular algumas teses que materializaram sua novidade.

[...]

**iii) O movimento feminista atual se caracteriza pela conjunção de duas dinâmicas singulares: massividade e radicalidade. E consegue conjugá-las porque constrói proximidade entre lutas muito diferentes. Dessa maneira, inventa e cultiva um modo de transversalidade política.**

O feminismo atual explicita algo que não parece óbvio—que ninguém carece de um território—e, assim, desmente a ilusão metafísica do indivíduo isolado. Todos estamos situados e, também nesse sentido, o corpo começa a se perceber como um corpo-território. O feminismo, enquanto movimento, deixou de ser uma exterioridade que se relaciona com “outros” para ser tomado como chave no intuito de ler o conflito em cada território (doméstico, afetivo, laboral, imigrante, artístico, camponês, urbano, feirante, comunitário etc.). Isso faz com que se desenvolva um feminismo de massas intergeracional, porque apropriado pelas mulheres nos mais diversos espaços e experiências.

Essa composição, cuja característica é ser transversal, se produz a partir da conexão entre lutas. Mas a trama construída entre lutas diversas não é espontânea nem natural. Com relação ao feminismo, durante muito tempo, foi o contrário: o feminismo era entendido em sua variante institucional e/ou acadêmica, mas historicamente dissociada de processos de confluência popular. Há linhas genealógicas fundamentais que tornaram possível essa expansão atual. Marcamos quatro na Argentina: a história de luta pelos direitos humanos desde os anos 1970, protagonizada pelas Mães e Avós da Praça de Maio; as mais de três décadas do Encontro Nacional de Mulheres (agora plurinacional de mulheres, lésbicas, trans e travestis); a irrupção do movimento piquetero, de um protagonismo também feminizado na hora de enfrentar a crise social do começo do século XXI; e uma longa história do movimento de dissidências sexuais, que vai da herança da Frente de Libertação Homossexual dos anos 1970 à militância lésbica pelo acesso autônomo ao aborto, e ao ativismo trans, travesti, intersexual e transgênero, que revolucionou os corpos e as subjetividades do feminismo contra os limites biologicistas.

---

<sup>1</sup> Para a primeira trilha da Campanha Educativa Feminismo Com Quem Tá Chegando, realizada pela Universidade Livre Feminista, selecionamos três das oito teses escritas por Verônica Gago em “Oito teses sobre a revolução feminista”, que é parte do livro “A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo”, publicado no Brasil pela Editora Elefante, em 2020.



A transversalidade obtida pela organização da greve atualiza essas linhas históricas e as projeta em um feminismo de massas, enraizado nas lutas concretas das trabalhadoras da economia popular, nas imigrantes, nas cooperativas, nas defensoras de território, nas precarizadas, nas novas gerações de dissidências sexuais, nas donas de casa que renegam o confinamento, na luta pelo direito ao aborto que é a luta ampliada pela autonomia do corpo, nas estudantes mobilizadas, nas que denunciam os agrotóxicos, nas trabalhadoras sexuais. Oferece um horizonte comum em termos organizativos que funciona como catalisador prático.

O poderoso é que, ao integrar essa multiplicidade de conflitos, a dimensão de massas é redefinida a partir de práticas e lutas que foram historicamente consideradas “minoritárias”. Com isso, a oposição entre minoritário e majoritário se desloca: o minoritário ganha escala massiva como vetor de radicalização no interior de uma composição que não para de se expandir. Desafia-se, assim, a maquinaria neoliberal de reconhecimento de minorias e de pacificação da diferença.

Essa transversalidade política se nutre nos diversos territórios em conflito, construindo uma afetação comum para problemas que tendem a ser vividos como individuais e um diagnóstico político para as violências que costumam ser encapsuladas como domésticas. Isso complexifica certa ideia de solidariedade que supõe um grau de exterioridade que ratifica a distância com relação aos outros. A transversalidade prioriza uma política de construção de proximidade e alianças sem desconhecer as diferenças de intensidade nos conflitos.

[...]

**v) O movimento feminista toma as ruas e constrói em assembleias, tece o poder nos territórios e elabora diagnósticos de conjuntura: produz um contrapoder que articula uma dinâmica de conquista de direitos com um horizonte de radicalidade. Desarma o binarismo entre reforma e revolução.**

Dissemos que, com a greve, o movimento feminista constrói uma força comum contra a precarização, o ajuste e as demissões, e as violências que eles implicam, destacando seu sentido antineoliberal (isto é, que impugna a racionalidade empresarial como ordem do mundo) e afirmando sua natureza classista (isto é, que não naturaliza nem minimiza a questão da exploração), anticolonial e antipatriarcal (porque denuncia e desacata a exploração específica do capitalismo contra as mulheres e os corpos feminizados e racializados). Essa dinâmica é fundamental, pois produz um cruzamento prático entre gênero, raça e classe, e gera outra racionalidade para compreender a conjuntura. Tanto nos debates parlamentares (em que se afirma que não há direito nem força de lei que não se formule primeiro no protesto social) quanto na radicalização da organização popular, os feminismos resistem a ser reduzidos a uma “cota” ou a uma “tematização”.

Essa dinâmica do movimento é dupla: constrói institucionalidade própria (redes autônomas) e ao mesmo tempo interpela a institucionalidade existente. Cria, por sua vez, uma temporalidade



estratégica que atua simultaneamente no presente, com o que existe, e com o que existe também nesse presente, mas ainda como virtualidade, como possibilidade ainda aberta e não realizada. O movimento feminista não esgota suas demandas nem suas lutas em um horizonte estatal: embora não desconheça esse marco de ação, decididamente não projeta o Estado como instância de resolução das violências. A dimensão utópica, no entanto, possui eficácia no presente e não na postergação de um objetivo final futuro e longínquo. Por isso, também a dimensão utópica consegue trabalhar nas contradições existentes sem esperar a aparição de sujeitos absolutamente liberados ou condições ideais de luta, confiando em um único espaço que totalize a transformação social. Nesse sentido, apela à potência de ruptura de cada ação, e não limita a ruptura a um momento final espetacular de uma acumulação estritamente evolutiva.

Isso, novamente, se conecta à potência da transversalidade, que cresce pelo fato de o ativismo feminista ter se convertido em uma força presente em diferentes espaços de luta e vida. E vai contra a “setorialização” da chamada agenda de gênero e contra a infantilização de suas práticas políticas. Ou seja, a transversalidade não é só uma coordenação, mas também uma capacidade de fazer do feminismo uma força própria em cada lugar, não limitada a uma lógica de demandas pontuais. Sustentá-la não é fácil, pois implica um trabalho cotidiano de tecido, conversa, traduções e ampliação de discussões, ensaios e erros. Mas o mais potente é que hoje essa transversalidade é sentida como necessidade e como desejo para abrir a temporalidade da revolução aqui e agora.

**vi) O feminismo atual tece um novo internacionalismo. Não se trata de uma estrutura que abstraia e homogeneíze as lutas para levá-las a um plano “superior”. Pelo contrário, esse internacionalismo é percebido como força concreta em cada lugar. Impulsiona uma dinâmica que se faz transnacional a partir dos corpos e das trajetórias situadas. Por isso, o movimento feminista se expressa como força coordenada de desestabilização global cuja potência está arraigada e emerge de maneira notável no Sul.**

Trata-se de um internacionalismo que parte dos territórios em luta. Por isso se faz mais complexo e polifônico em sua construção, ao incluir cada vez mais territórios e línguas. Não está circunscrito ao Estado-nação—e, portanto, o termo “internacionalismo” acaba sendo superado. Esse internacionalismo feminista é, antes, transnacional e plurinacional. Porque reconhece outras geografias e traça outros mapas de aliança, encontro e convergência. Porque inclui uma crítica radical ao confinamento nacional com o qual se pretende delimitar as lutas, pois se conecta a partir de trajetórias imigrantes e aproxima paisagens que recombina o urbano, o suburbano, o camponês, o indígena, o favelado, o comunitário—e portanto, sobrepõe temporalidades múltiplas.

O transnacionalismo feminista envolve uma crítica aos avanços neocoloniais contra os corposterritórios. Denuncia os extrativismos e exhibe sua conexão com o crescimento das violências



machistas e as formas de exploração trabalhista que têm na maquila uma cena fundacional em nosso continente.

A greve feminista constrói uma trama transnacional irrefreável porque mapeia a contrapelo o mercado mundial que organiza a acumulação de capital. E, no entanto, esse enlace transnacional não se organiza seguindo o calendário dos encontros dos grandes organismos a serviço do capital. A partir da greve feminista, o movimento adota a forma de coordenadora, em um determinado lugar; de comissão, em outro; de encontro de lutas, em outro: são todas iniciativas que rompem fronteiras. Trata-se de um transnacionalismo impulsionado pela consigna global da greve, forjando assim uma articulação de novo tipo: “se nós paramos, o mundo para”.

A força de desestabilização é global, portanto, porque primeiro existe em cada casa, em cada relação, em cada território, em cada assembleia, em cada universidade, em cada fábrica, em cada feira. Nesse sentido, é inversa a uma longa tradição internacionalista que organiza por cima, unificando e dando “coerência” às lutas a partir de sua adesão a um programa.

A dimensão transnacional compõe o coletivo como investigação: apresenta-se ao mesmo tempo como autoformação e como desejo de articulação com experiências que, em princípio, não estão próximas. Isso é bem diferente de tomar a coordenação coletiva como um a priori moral ou uma exigência abstrata. O feminismo nos bairros, nas camas e nas casas não é menos internacionalista que o feminismo nas ruas ou nos encontros regionais, e essa é sua potente política do lugar. Sua não disjunção, sua maneira de fazer transnacionalismo como política de enraizamento e como abertura dos territórios a suas conexões inesperadas, mundialmente extensas.

[...]